

Em face de uma oportunidade de contribuir para que, pelo menos, haja uma reflexão mais aprofundada sobre as decisões já tomadas pelo Governo de Portugal e no sentido de contribuir para que sejam implementadas as medidas mais eficazes, enviamos a nossa opinião sobre cada uma das propostas destacadas no documento que nos foi enviado sobre a Revisão da estrutura Curricular:

- continuidade do apoio ao estudo no 1.º ciclo, a par de outras atividades de enriquecimento curricular;

Propomos que haja a possibilidade dos tempos considerados para este efeito, agrupando as horas de 4 professores, num total de oito horas, que permitam criar uma turma suplementar na disciplina onde as aprendizagens dos alunos de um determinado ano demonstrem ser mais frágeis, ex: português e matemática. Ou, em determinada altura do ano, para os alunos que revelem capacidades superiores ao normal;

- garantia de uma aprendizagem mais consolidada da língua inglesa, tornando-a como disciplina obrigatória ao longo de um mínimo de 5 anos;

Promover, para além deste reforço, ou dar autonomia às escolas para o fazer, uma reformulação das metodologias de sala de aula, tornando o ensino da Língua mais prático, apostando fortemente na oralidade;

- substituição da disciplina de Educação Visual e Tecnológica pelas disciplinas de Educação Visual e de Educação Tecnológica, no 2.º ciclo, cada uma com programa próprio e cada uma com um só professor;

Esta medida não parece estar refletida na proposta de organização curricular já que aí a disciplina de ET aparece em desdobramento com TIC.

- prestação de maior apoio ao aluno, através da oferta de apoio diário ao estudo no 2.º ciclo;

Mais uma vez se sugere a possibilidade da transformação destes tempos em mais uma turma de nível e de tamanho mais reduzido que permita um trabalho diferenciado com esses alunos;

- antecipação da aprendizagem das Tecnologias de Informação e Comunicação, garantindo aos alunos mais jovens uma utilização segura e adequada dos recursos digitais e proporcionando condições para um acesso universal à informação e comunicação;

Medida pouco clara e necessita de ser melhor explicitada, com definições concretas do “onde”, do “quando”, do “como” e de que “modo”; Sugerimos que haja uma disciplina TIC com o seu espaço próprio, o que não é claro. Deixamos uma questão? Que tipo de formação terá o professor? Bastará ter Certificado de Competências TIC ou terá de ser Licenciado em TIC?

- aposta no conhecimento estruturante, mantendo o reforço da Língua Portuguesa e da Matemática;

Deverá, no mínimo, ser mantida a carga horária existente.

- eliminação do desdobramento em Ciências da Natureza, no 2.º ciclo, tendo em conta que a atividade experimental a este nível pode ser efetuada com toda a turma;

Medida adequada que já era adotada em grande número de escolas;

- aposta no conhecimento científico através do reforço de horas de ensino nas ciências experimentais no 3.º ciclo do Ensino Básico colmatando, neste nível de ensino, uma clara insuficiência de carga horária;

- alteração do modelo de desdobramento de aulas nas ciências experimentais do 3.º ciclo, através de uma alternância entre as disciplinas de Ciências Naturais e de Físico-Química;

Medidas que compreendemos, tendo em conta as circunstâncias económicas, mas que só depois de avaliada, na prática, poderá concluir-se quais os resultados produzidos;

- valorização do conhecimento social e humano, área essencial do currículo no 3.º ciclo, reforçando as horas de ensino nas disciplinas de história e de geografia;

Medida de grande alcance num momento de perda efetiva dos valores da nacionalidade;

- eliminação da disciplina de Formação Cívica nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no 10.º ano, mantendo a relevância dos seus conteúdos de modo transversal;

Este é, na nossa opinião, o maior erro que será cometido na Revisão da Estrutura Curricular já que se constituía como uma mais valia na organização da escola, no funcionamento das turmas, no debate e na preparação dos alunos como cidadãos responsáveis. Com a inexistência deste tempo de reflexão serão gastos tempos, muitos tempos, pelo diretor de turma, em disciplinas fundamentais para o crescimento do saber em Portugal que no final se irão traduzir num claro prejuízo das aprendizagens significativas em disciplina como o português, a matemática, as ciências e outras;

- manutenção do reforço da carga horária nas disciplinas bienais da formação específica, no Ensino Secundário, de Física e Química e Biologia e Geologia;

- atualização do leque de opções da formação específica, no Ensino Secundário, tendo em conta o prosseguimento de estudos e as necessidades do mercado de trabalho, criando disciplinas como, por exemplo, Programação informática;

- focalização da atenção do aluno no conhecimento fundamental, proporcionando uma melhor gestão do tempo de estudo, com a coordenação das disciplinas no 3.º ciclo e a redução do número de disciplinas de opção anual no final do Ensino Secundário.

Três medidas muito acertadas e há muito aguardadas.

- maior liberdade para a escola na decisão da distribuição da carga horária ao longo dos ciclos e anos de escolaridade.

Não nos parece ser uma medida real pois a margem existente atualmente não nos parece menor;

- maior rigor na avaliação, através, nomeadamente, da introdução de provas finais no 6.º ano.

Sabemos que é uma medida já tomada em resultado da publicação do despacho normativo n.º 14/2011, no entanto, pensamos que os resultados são de tal forma aferidos com inúmeros instrumentos de avaliação internos e externos, nos dias de hoje nas escolas, que esta medida é desajustada. Uma maior autonomia às escolas para tomarem as ações necessárias para aferirem e validarem os seus resultados seria o mais adequado. Menos Ministério e mais responsabilização!

António Rodrigues - Agrupamento de Escolas Monsenhor Elísio Araújo, Vila Verde